

**GILMAR RIBEIRO DOS SANTOS**

**RICARDO DOS SANTOS SILVA**

**OS IRRIGANTES DO PROJETO JAÍBA: DA PRODUÇÃO DE SUBSISTÊNCIA À  
AGRICULTURA MODERNA**

### **Resumo**

O norte de Minas Gerais está no limite da Região Sudeste com o Nordeste do Brasil. Do ponto de vista econômico e social se aproxima mais do Nordeste que do Sudeste. Essa região foi incorporada ao mercado capitalista com a intervenção do Estado como agente indutor do desenvolvimento econômico regional a partir da criação da Sudene no final dos anos 1950. O Projeto Jaíba foi idealizado na perspectiva de se construir um grande projeto de irrigação que auxiliasse no desenvolvimento regional pautado pela redução das desigualdades sociais e regionais do Brasil. Na sua implantação, o regime militar tentou criar ali um modelo baseado em grandes empresas agrícolas. Posteriormente, os primeiros governos civis tentaram implantar um modelo de desenvolvimento rural baseado nos agricultores tipo *farmer* estadunidense. Por fim, existe desde o final dos anos 1990 uma tentativa frustrada de se transferir totalmente a gestão do projeto para os irrigantes. Com a recriação da Sudene coloca-se a indagação sobre qual modelo de desenvolvimento será implantado a partir de então no Projeto Jaíba. Será possível resgatar o modelo de desenvolvimento regional calcado na perspectiva da redução das desigualdades sociais e regionais almejado por Celso Furtado?

### **Introdução**

Inicialmente orientado para a produção agroindustrial, o Projeto Jaíba se transformou em um empreendimento de colonização com a incorporação de agricultores tradicionais da região norte de Minas. Pressionados pelas exigências das relações capitalistas, os produtores assentados mudaram sua forma de produzir, de se relacionar, enfim, de viver. Houve uma mudança da lógica de produção de subsistência para a lógica da produção de mercado, o que acarretou um conjunto de problemas sociais, econômicos e mesmo culturais.

A microrregião onde está localizado o Projeto Jaíba é uma das mais pobres de Minas Gerais. Situa-se no extremo norte do estado, na fronteira com a Bahia. Por causa dessa posição geográfica, e também por ser cortada pelo Rio São Francisco, foi escolhida para sediar o Projeto Jaíba, que deveria alargar a fronteira agrícola do País, integrando toda a região em um processo de desenvolvimento

impulsionado pela agroindústria. A tecnologia de ponta a ser empregada na produção transformaria aquele árido sertão mineiro em um oásis da agricultura moderna, diziam seus idealizadores.

O projeto consumiu até o final da década passada US\$ 0,5 bilhão, aproximadamente, na construção de infraestrutura para irrigar 100 mil hectares de terra, mas assentou menos de 2 mil famílias e vendeu lotes para algumas dezenas de empresários. A parte empresarial segue em um ritmo lento de implantação, considerando as décadas de criação do projeto. Por volta de um terço das famílias assentadas abandonou seus lotes, principalmente em função do endividamento bancário.

O Projeto Jaíba foi idealizado no bojo das políticas de desenvolvimento regional dos anos JK. Surgiu como materialização das ideias de Celso Furtado de construir um desenvolvimento regional que proporcionasse redução das desigualdades sociais e regionais no Brasil. O Jaíba foi implantado ali principalmente para ficar na área mineira da Sudene e usufruir de alguns benefícios daquela agência de desenvolvimento. No entanto, paralelo ao desvirtuamento do papel de indutor do desenvolvimento regional da Sudene, o Estado brasileiro modificou também as diretrizes do Projeto Jaíba. De baluarte do desenvolvimento regional, visando combater as desigualdades sociais e regionais, ele chegou a um empreendimento privado praticamente abandonado pelo Estado, passando pelo modelo de desenvolvimento rural balizado pelo produtor tipo *farmer* estadunidense durante o regime militar.

### **○ Projeto Jaíba**

O Projeto de Irrigação do Jaíba está em fase de implantação desde 1972, mas os primeiros debates em torno da implantação de um projeto de irrigação, naquele local, remontam ao final da década de 1950. É fruto de uma parceria entre o governo federal e o governo do estado de Minas Gerais. Segundo o discurso oficial, foi idealizado como fator de desenvolvimento regional visando resolver os graves problemas socioeconômicos comuns em todo o norte do estado. Foi dividido em quatro etapas, somando, aproximadamente, 100 mil hectares de área irrigada e mais 130 mil hectares de área de sequeiro. Segundo documentos oficiais dos governos federal e estadual, os objetivos principais do Jaíba eram: incorporação da região à economia do País; ampliação da fronteira agrícola; aumento da renda média dos trabalhadores locais por meio da implantação de indústrias, agroindústrias e empreendimentos agropecuários;

introdução de novas tecnologias na agricultura local e, por fim, criação de um novo polo agropecuário para abastecer parte da Região Sudeste.

O governo JK criou a Sudene, a partir da concepção de Celso Furtado, dentro do projeto mais amplo de desenvolvimento do Nordeste, visando reduzir as desigualdades sociais e regionais no Brasil. O Projeto Jaíba foi implementado no bojo do processo de intervenção estatal para incrementar o desenvolvimento do Semiárido. Segundo Silva e Afonso:

“A Sudene era definida como uma agência de desenvolvimento regional, incumbida de planejar e coordenar os programas socioeconômicos de interesse do Nordeste, sendo-lhe conferido o poder de atuar como órgão centralizador dos investimentos federais na região. A região norte de Minas Gerais, precisamente, Pirapora e vários outros municípios integrantes do Polígono da Seca recebem programas e investimentos para o seu crescimento socioeconômico.” (SILVA; AFONSO, 2009)

A primeira etapa desse projeto está praticamente concluída, em termos de infraestrutura e assentamento dos irrigantes e suas famílias. A segunda etapa, exclusivamente empresarial, está em fase de implantação, mas com inúmeros projetos em funcionamento. A primeira totaliza 32.754 hectares e foi financiada pela União, governo de Minas e Banco Mundial. A segunda teve início em fevereiro de 1999, mas está praticamente paralisada. Terá 29.982 hectares e é financiada pelo governo japonês por meio do Overseas Economic Cooperation Found. Quanto a terceira e quarta etapas, não existe previsão para a implantação.

A produção irrigada iniciou-se, formalmente, em 1988, com a criação do Distrito de Irrigação, uma instituição de direito privado comandada pelos irrigantes e que administra o Projeto Jaíba em conformidade com as decisões governamentais, via CODEVASF. O Projeto, em sua totalidade, tinha consumido aproximadamente US\$ 0,5 bilhão até 1998 – aproximadamente US\$ 160 milhões apenas em juros, devido aos atrasos do cronograma (RODRIGUES, 1998). Especificamente, o Jaíba está localizado à margem direita do Rio São Francisco, entre este e o Rio Verde Grande, no extremo norte do estado. Ele é o maior projeto de irrigação em área contínua da América Latina.

As responsabilidades dos níveis de governo envolvidos no Projeto Jaíba foram divididas da seguinte forma: a União seria responsável pela infraestrutura e pelo assentamento das famílias; o estado de Minas Gerais e os municípios envolvidos garantiriam os equipamentos sociais acordados entre si.

Desde o seu planejamento, o projeto tem causado enormes polêmicas. Uma síntese das defesas e das críticas referentes a ele pode auxiliar no entendimento desse complexo empreendimento.

As críticas mais frequentes a ele são: trata-se de mais um dos projetos faraônicos gestados pelo regime militar durante o *milagre econômico*; consumiu volumosos recursos por ordem de gestões incompetentes e por corrupção; sua implantação está atrasada dez anos; acentuou a diferença entre pequenos e grandes produtores; não executou uma eficaz política de educação dos colonos; não viabilizou o escoamento da produção; não conseguiu criar o polo industrial planejado; abandonou os pequenos irrigantes em precárias condições sociais; a complexa captação de água, a falta de planejamento ambiental e a enorme dimensão do projeto geraram um desastre ecológico. A última e a mais importante refere-se ao questionamento da viabilidade econômica do projeto em termos de conseguir sua autossustentação.

Por outro lado, os defensores do Jaíba argumentam: ele tem conseguido implantar um polo de fruticultura na região do Semiárido; fixou o homem no campo, incorporando-o a processos produtivos modernos; promoveu o desenvolvimento regional, melhorando alguns indicadores socioeconômicos na região; melhorou a renda familiar e elevou a qualidade de vida de parte significativa não só dos irrigantes e de suas famílias, mas, indiretamente, também de milhares de pessoas da região. A última e a mais importante das defesas é a que argumenta ser ele irreversível, necessitando apenas ser aprimorado. A irreversibilidade é defendida em decorrência do volume de recursos públicos já investidos e do número de pessoas envolvidas, o que inviabilizaria um desmonte puro e simples da estrutura já montada.

A profundidade das mudanças sociais, ambientais e econômicas operadas na região, mesmo não sendo as objetivadas pelos órgãos governamentais, reforça os argumentos da continuidade do projeto. O início da segunda etapa, comemorada publicamente pelo governo mineiro em 1999, é um dos fortes indícios de que, mesmo com longos anos de atraso no cronograma inicial, o projeto segue em frente.

Já foram assentadas aproximadamente 2 mil famílias nos lotes de cinco hectares.<sup>1</sup> São centenas de lotes empresariais onde se produz, em larga escala,

---

<sup>1</sup> Segundo dados do Sindicato dos Trabalhadores Rurais de Jaíba é de aproximadamente 30% desse total o percentual de lotes abandonados atualmente no Distrito de Irrigação de Jaíba.

frutas, legumes, sementes diversas e até mesmo açúcar e álcool. O Projeto também abriga uma grande empresa rural, a Brasnica, que possui uma área de 613 hectares, cultiva mais de 300 hectares de banana e aproximadamente 100 hectares de outras frutas. Poderosos grupos econômicos possuem grandes extensões de terra na área das futuras etapas do Projeto. Essas terras foram conseguidas por negociatas denunciadas publicamente pelos movimentos sociais da região (GOMES, 1983).

A produção agrícola desenvolvida no Jaíba é considerada de ótima qualidade em comparação com as culturas tradicionais da região. A produtividade da maioria dos produtos locais está acima da média nacional, segundo a administração do Jaíba. No documento do Distrito de Irrigação intitulado “Ações e resultados da assistência técnica e extensão rural e do gerenciamento da produção no Projeto Jaíba – 1988 a 1997” estão relacionados 45 tipos diferentes de produtos cultivados, divididos entre grãos, tradicionais, olerícolas e frutícolas. Segundo a administração local, a produção aumentou cerca de 300% no período analisado, tendo o número de famílias crescido aproximadamente 130% no mesmo período.

O destaque positivo da produção local é, sem dúvida, a fruticultura, ocupando área de destaque no Projeto. Essa cultura representa uma revolução na agricultura regional, segundo os especialistas, e está sendo implementada também por outros projetos de irrigação na região. A aceitação da fruticultura no mercado e a relação custo/benefício são os principais argumentos dos defensores dessa cultura. Mas eles destacam, como negativo, a pequena diversificação de cultura, centrada na produção de banana.

O norte de Minas atualmente é uma das regiões mais pobres do estado. Teve significativa melhoria de seus indicadores socioeconômicos a partir da implantação da Superintendência do Desenvolvimento do Nordeste (Sudene), que abrange o norte de Minas, também denominada Região Mineira do Nordeste por fazer parte da região semiárida do País. A agricultura ali foi constituída basicamente como meio de sobrevivência, não como atividade econômica mercantil.

A incorporação do norte de Minas à área de atuação da Sudene indica que o principal fator de desenvolvimento na região foi, e ainda é, o Estado. O Projeto Jaíba é mais uma das políticas públicas com o intuito de auxiliar o desenvolvimento regional, segundo os seus idealizadores.

Sendo assim, os indicadores socioeconômicos do norte de Minas podem ser divididos em antes e depois da Sudene. A partir de meados da década de 1970,

a região rompeu o histórico quadro de estagnação socioeconômica. Rodrigues observa que a presença ativa do Estado possibilitou o crescimento econômico da região, pois entre os anos de 1985 e 1995, o PIB do norte de Minas apresentou taxa de crescimento superior à da economia brasileira e de Minas Gerais. “Nesse período, a taxa média anual de crescimento do PIB brasileiro foi de 2,28%, de Minas Gerais 2,45% e do norte de Minas 3,70%” (RODRIGUES, 1998).

O investimento do Estado transformou, também, as relações sociais na região. Polos urbanos-industriais foram criados, houve grande migração campo-cidade e mudanças também nas relações sociais no meio rural. O homem do campo que migrou para a cidade teve sua formação social viabilizada nas relações sociais urbanas, seja na escola ou em relações sociais mais amplas (CARNEIRO, 1992). No entanto, os pequenos produtores rurais, forçados a entrar no processo de modernização, não puderam contar com a educação da cidade e, na maioria dos casos, nem mesmo com a formação escolar.

### **Sobre a modernização da agricultura no Brasil e no norte de Minas**

A partir de 1965, com a implantação do Sistema de Crédito Rural, verificou-se uma profunda transformação na agricultura brasileira, principalmente em decorrência da incorporação de novas tecnologias aos processos produtivos. Essas tecnologias proporcionaram sensíveis aumentos de produção e produtividade, além de grandes modificações nas relações de trabalho, em determinadas regiões, uma vez que atingiu espacial e temporalmente, de forma diferenciada, o meio rural. Ao mesmo tempo que incorporou inúmeros produtores e trabalhadores ao processo de produção moderno, ela também causou a exclusão de um enorme contingente de pessoas do processo produtivo (SANTOS, 1989).

Oliveira (1997), Martins (1999) e Ianni (1979), em especial, desenvolveram estudos fundamentais para se compreender o desenvolvimento tecnológico da agricultura no Brasil, enfocando as suas consequências políticas, econômicas e sociais para os trabalhadores rurais e camponeses. Andrade (1992) e Gomes (1983) apresentaram as consequências da modernização agrícola para os pequenos produtores do Projeto Jaíba especificamente. Foge aos nossos objetivos desenvolver tal discussão no momento. Mas é importante salientar que os avanços tecnológicos da agricultura brasileira na última metade do século passado atingiram, negativamente, trabalhadores rurais e camponeses de forma

geral. Tal tecnologia beneficiou apenas os grandes produtores rurais, o que reforça a condição de modernização conservadora, conceito também utilizado pelos autores citados acima.

A modernização da agricultura significa a expansão do capital ao meio rural, não apenas por meio do trabalho assalariado, mas também englobando pequenos produtores rurais. A incorporação desses produtores da economia de subsistência ao mercado pode se dar, tanto a partir da comercialização do pequeno excedente de produção, quanto da crescente necessidade de insumos industrializados para a agricultura (ENGUITA, 1989).

A modernização da agricultura brasileira só pode ser compreendida integralmente no bojo da racionalidade do sistema capitalista como um todo, inclusive na divisão internacional do trabalho. Ela significa não apenas busca de racionalidade interna, mas também resposta às exigências de acumulação do capital de forma mais ampla (PORTO, 1990). A partir da década de 1950, a mudança fundamental pela qual passou a agricultura brasileira foi sua subordinação progressiva aos interesses do capital (MOREIRA, 1999).

O processo de modernização da agricultura brasileira tem na variável tecnológica uma de suas dimensões fundamentais. A tecnologia, aqui, é entendida como um conceito que transcende sua dimensão econômica. É um recurso social e historicamente produzido, portanto, traz consigo o conjunto das contradições inerentes à sociedade da qual é fruto. Os recursos tecnológicos utilizados no processo de modernização da agricultura, no País, são frutos de um conjunto de relações estabelecidas entre os principais atores sociais envolvidos no processo produtivo no campo. São eles: os trabalhadores rurais, os pequenos produtores rurais, os grandes produtores, os proprietários de indústrias ligadas ao setor e o Estado.

Porém, essa modernização atingiu diferentemente os referidos atores sociais. Para os trabalhadores rurais restaram as opções da migração para os grandes centros ou a submissão a condições degradantes de trabalho no campo, em sua maioria. Cabe salientar que a proletarianização do homem do campo foi realizada no Brasil com o agravante da ausência de um mínimo de garantias sociais vigentes nos centros urbanos. Mesmo com a extensão legal dos direitos trabalhistas para o meio rural, na prática, de forma geral, os trabalhadores rurais brasileiros estão submetidos a condições de trabalho desumanas, incompatíveis com uma sociedade de direitos.

Quanto aos pequenos produtores, em geral vivem nesse início de século ameaçados pela proletarianização, de um lado, e pela concorrência das médias e

grandes empresas rurais mecanizadas, de outro. Constantemente são também pressionados pelos preços subsidiados dos produtos agrícolas importados. A política de juros altos e o fim dos subsídios complementam o quadro de desespero desse segmento diante da conjuntura atual. Também a questão sucessória, dentro das famílias dos pequenos produtores, tem se tornado um sério problema, pois geralmente a terra não é suficiente para garantir o sustento de todos os filhos quando adultos (ABRAMOVAY, 2000).

Já os grandes produtores rurais foram os maiores beneficiários da modernização da agricultura brasileira desencadeada a partir da década de 1950 e denominada *modernização conservadora* justamente por ter privilegiado os grandes produtores, deixando de lado o histórico debate em torno da questão fundiária. Sendo assim, os financiamentos estatais privilegiaram a agricultura de exportação, típica dos grandes produtores, em detrimento dos produtos agrícolas de primeira necessidade, típicos da pequena produção agrícola.

As indústrias ligadas ao setor agrícola – tanto as produtoras de máquinas e insumos como as do ramo alimentício, beneficiadoras de produtos agrícolas – foram também favorecidas pela modernização. A oferta de crédito gerou enorme demanda de máquinas e implementos agrícolas a partir da década de 1960, proporcionando significativo crescimento no setor. Também o aumento da produtividade, em decorrência da mecanização, ocasionou o aumento da oferta de produtos para a indústria alimentícia, outro setor que se expandiu a partir das mudanças na agricultura. O Estado brasileiro foi o grande mentor e executor dessa política de modernização da agricultura. As opções pela cultura de exportação, pela manutenção dos latifúndios e suas conseqüências foram de responsabilidade da aliança entre os grandes proprietários de terras e o capital industrial, avalizados pelo Estado (MOREIRA, 1999).

A tendência de modernização esteve centralizada na agricultura de exportação, em detrimento da agricultura de produtos para o consumo doméstico. A utilização de insumos industrializados, de técnicas mais modernas de correção do solo, assim como de crédito agrícola, indicadores de uma agricultura integrada ao mercado, seguiu praticamente a mesma tendência (SZMRECSÁNYI, 1998).

A utilização de novas tecnologias gera um excedente de produção bastante expressivo devido ao aumento de capital fixo na forma de máquinas, insumos, inovações da engenharia genética e outros. Esse excedente é apropriado, em grande parte, pelos proprietários de indústrias ligadas à produção de insumos para a agropecuária, e, em menor escala, pelos grandes proprietários de terras.

Os camponeses e os assalariados, ao contrário, foram atingidos de forma negativa pela *modernização conservadora*. Os primeiros tiveram de abandonar as culturas encampadas pela agricultura moderna em suas regiões por não conseguirem produtividade competitiva. Os últimos tiveram seus salários médios reduzidos e o trabalho intensificado.

Com relação ao norte de Minas, a agricultura foi secularmente uma atividade de produção de subsistência. A atividade econômica secular na região é a pecuária. Mesmo após a decadência da mineração na região central do Estado, a pecuária de corte continuou como atividade econômica central até a década de 1970. Ao redor dos imensos latifúndios de criação extensiva de gado gravitaram inúmeros pequenos produtores cuja economia era unicamente de subsistência. O cultivo desses produtores, seja nas tribos indígenas, nos quilombos, nas comunidades rurais isoladas, seja nas grandes fazendas, destinava-se principalmente à subsistência. A produção agrícola para o mercado iniciou-se ali com o ciclo do algodão no século XIX, o qual se repetiu no século XX. Mas era uma produção nos moldes tradicionais, destes diferenciando-se, apenas, pelo volume de produção e pelo enorme componente de exploração da força de trabalho.

Afinal, a agricultura para o mercado só se consolidou na região na década de 1960, com a atuação da Sudene. Mas foi a moderna tecnologia de irrigação que possibilitou a introdução definitiva da agricultura como setor importante na economia regional. O baixo índice pluviométrico, a existência de secas prolongadas, a precariedade da infraestrutura de transportes eram os maiores empecilhos para a emergência da agricultura de mercado no norte de Minas. A pavimentação da rodovia Montes Claros–Belo Horizonte no final da década de 1960 e a tecnologia da irrigação amenizaram esses problemas.

A irrigação tornou possível a produção em escala, possibilitou a agregação de valor aos produtos de um setor que, secularmente, esteve nos limites da produção de subsistência. Os projetos de irrigação de iniciativa do poder público tiveram o papel importante na disseminação das tecnologias necessárias à implantação da agricultura moderna. Segundo as linhas gerais do processo no País, a modernização agrícola, via irrigação, no norte de Minas também favoreceu os grandes produtores pelo fácil acesso ao crédito oficial. Para os trabalhadores rurais representou intensificação do trabalho e maior expropriação de valor. Para os pequenos produtores, de forma geral, significou a redução dos custos de água, o endividamento e o aumento da concorrência predatória da agricultura irrigada dos grandes produtores.

### **O financiamento do Projeto, o Banco Mundial e as mudanças no modelo de desenvolvimento regional**

O Banco Internacional para Reconstrução e Desenvolvimento, ou simplesmente Banco Mundial, foi fundado em 1944, mesmo ano em que foi criado o Fundo Monetário Internacional, o FMI. Os objetivos centrais do Banco Mundial são o auxílio ao desenvolvimento e a redução da pobreza nos países pobres, segundo seus idealizadores. Sua atuação no Brasil teve início em 1949, quando lhe foi concedido o primeiro empréstimo – US\$ 75 milhões – para ser aplicado na área de energia e telecomunicações. Em 2001, essa instituição calculava em aproximadamente US\$ 30 bilhões as operações de crédito contraídas pelo Brasil entre 1949 e 2000.

Autores como Ianni (1974) argumentam que, apesar do discurso humanitário de ajuda aos mais pobres, na verdade as instituições multilaterais como o BIRD e o FMI são órgãos financeiros controlados pelos Estados Unidos. Essas instituições objetivavam, na sua criação, entre outros pontos, estabelecer novos patamares nas relações entre os estados capitalistas visando:

“Reconstruir os sistemas econômicos atingidos pela guerra, nos quadros da hegemonia norte-americana; recompor e dinamizar os fluxos do comércio internacional; reorganizar e estabilizar os sistemas financeiros mundiais e nacionais, com base no dólar; abrir novas fronteiras para investimentos isolados, associados e combinados nos países dependentes; evitar ou controlar crises econômicas que pudessem propiciar a transição para o socialismo.” (IANNI, 1974, p. 91)

Essas instituições buscavam a consolidação da hegemonia dos Estados Unidos por meio da *interdependência dos estados americanos*, nova forma de subjugar os países dependentes. As instituições multilaterais eram instrumentos para a garantia dessa hegemonia.

A política do BIRD de combate à pobreza e auxílio para o desenvolvimento aos países membros sempre esteve atrelada aos interesses do capital estadunidense. A atuação da instituição sempre foi caracterizada por forte demarcação ideológica. A Revolução Cubana e o avanço dos movimentos sociais no sul do continente americano, na década de 1960, determinaram a atuação das denominadas instituições multilaterais para auxílio aos países pobres da região. A utilização do estado desenvolvimentista para barrar o ímpeto de mobilização social que se alastrava pela América Latina foi uma estratégia utilizada, durante

as décadas de 1960 e 1970, pelo Banco Mundial, mesmo que implicitamente.

Os tratados de cooperação mútua assinados por alguns países americanos até a década de 1970 foram balizados pelo conflito da política da Guerra Fria. O monolitismo ideológico foi imposto pelos Estados Unidos pela diplomacia, pela força e, principalmente, pelo *auxílio* financeiro, via organismos multilaterais. Atuando em várias frentes, os Estados Unidos conseguiram se impor como aliados preferenciais na América Latina. Mas a justificativa apresentada era que estava em curso a construção da interdependência dos estados americanos. Para Otávio Ianni:

“Desde 1946, a partir do discurso de Winston Churchill em Furton, nos Estados Unidos, abre-se ao grande público do mundo capitalista a política norte-americana da guerra fria. Em 1947 lança-se a Doutrina Truman, com a qual os governantes dos Estados Unidos comprometiam-se a defender militarmente os países dependentes nos quais ocorressem lutas de classes abertas ou movimentos de independência, em face da hegemonia norte-americana.”  
(IANNI, 1974, p. 92)

Os tratados interamericanos que se seguiram evidenciaram a construção da hegemonia dos Estados Unidos pela via da *cooperação internacional*. Em 1947, foi assinado o Tratado Interamericano de Assistência Mútua; em 1948, o Pacto de Bogotá; e em 1961 a Carta de Punta del Este na qual se estabeleceram os princípios da Aliança para o Progresso. Outros tratados e conferências se seguiram, montando o que viria ser a interdependência hemisférica liderada pelos Estados Unidos (IANNI, 1974).

O Banco Mundial é uma instituição financeira de tipo especial. Ele financia projetos com a garantia dos governos dos países-sede e os montantes passam a compor a dívida externa desses países. Os empréstimos, não raros, são ofertados pela instituição, pois geralmente ela aponta as áreas ou mesmo os projetos específicos nos quais vai investir.

Até a década de 1970, o Banco Mundial investia, no Brasil, prioritariamente em projetos de infraestrutura física como comunicação, transporte e energia. Essa era uma política mundial que visava a fomentar o desenvolvimento de alguns países credores. A instituição atuava a partir dos princípios da proposta do *estado desenvolvimentista keynesiano*, com base no suposto propalado de que o fomento ao desenvolvimento econômico reduziria as desigualdades sociais nos países contratantes dos seus empréstimos.

Mas a política da Guerra Fria levou a um intervencionismo estatal sem precedentes nos países da América Latina. Os estados nacionais tornaram-se intervencionistas não apenas devido ao modelo keynesiano, mas também como avalistas para assegurar o retorno dos capitais privados investidos, tanto nacionais quanto estrangeiros (IANNI, 1974).

Com efeito, a política de fomento ao desenvolvimento não reduziu a pobreza no continente. O ideal desenvolvimentista objetivando reduzir a pobreza e as desigualdades regionais no Brasil não se realizou. No norte de Minas, a Sudene, durante o regime militar, se limitou a conceder empréstimos vultosos aos grandes empresários, urbanos e rurais, sem um mínimo de critério social.

O Banco Mundial então mudou suas estratégias de ação e passou a dar prioridade, a partir da década de 1980, ao investimento direto em projetos voltados para promoção da igualdade e do bem-estar social. Como o desenvolvimento dos países credores não significava necessariamente melhoria nas condições de vida das camadas menos favorecidas, a instituição resolveu investir diretamente no setor social (FONSECA, 1995).

A década de 1980 apresentou o agravamento da miséria e das desigualdades sociais na América Latina. Assim sendo, o enfoque do BIRD, nos anos 1980, deslocou-se para os projetos de combate à pobreza, juntamente com as reformas setoriais. Com o fim do dilúvio autoritário na América Latina, as instituições multilaterais, controladas pelos países centrais, iniciaram um conjunto de políticas sociais de combate à pobreza. Também foram incentivados estudos e propostas de mudanças setoriais visando a dinamizar as economias nacionais e adequar a antiga estrutura de poder aos novos desígnios democráticos. Combater a pobreza significava, então, incluir a população periférica no sistema nas relações capitalistas de produção. De norte a sul do Brasil, a tônica da intervenção do Banco Mundial era de combater a pobreza por meio da expansão do capitalismo para as regiões isoladas economicamente.

Somente a partir dos anos 1990, o BIRD passou a priorizar o combate à pobreza de forma estratégica, por meio da tentativa de manutenção do homem no campo e inclusão de novas áreas no seu leque de prioridades, como a reforma do estado, o meio ambiente e a educação. O volume de recursos provenientes dessa instituição tem aumentado significativamente nos últimos anos, chegando ao recorde anual de US\$ 1,7 bilhão em 1999.

Até a década de 1970, grande parte das regiões do norte e nordeste de Minas Gerais e do Vale do Jequitinhonha era considerada *vazios econômicos* pelo poder

público. Sendo assim, uma série de projetos de desenvolvimento foi implantada visando a desenvolver essas regiões. O empréstimo de US\$ 71 milhões do BIRD para o Projeto Jaíba, em 1988, fazia parte dessa política global de investimentos diretos para redução da pobreza. No caso do Jaíba, o Banco fez algumas exigências importantes. Em primeiro lugar, exigiu que houvesse uma contrapartida de investimentos do governo brasileiro e, em segundo, que se mudasse o caráter estratégico do Projeto. Ou seja, ele deveria adotar o princípio da fixação dos agricultores da região como pequenos irrigantes e não mais como bóias-frias trabalhando para os empresários a serem instalados, como estava previsto originalmente. Rodrigues (1998) denominou essa mudança na estratégia de implantação do Jaíba de *denotação social do Projeto*.

No final dos anos 1980, o projeto desenvolvimentista da ditadura militar já estava derrotado. As obras faraônicas que testemunhavam a importância do projeto do Brasil grande já se mostravam como grandes equívocos da tecnocracia governamental. Situa-se aí o Projeto Jaíba, polo redentor do desenvolvimento agroindustrial no norte de Minas, segundo seus idealizadores. Redenção que, passadas mais de três décadas, nem de longe se realizou. Os investimentos privados que transformariam a região em um oásis da agricultura brasileira, com grandes investimentos do capital privado, não ocorreram. O fracasso do pró-álcool, a crise econômica dos anos 1980, a denominada *década perdida* e suas consequências levaram o governo brasileiro a aceitar uma mudança de rumo no Projeto.

A Sudene teve o seu foco de desenvolvimento regional visando à melhoria das condições de vida das populações locais desviado, a partir do golpe de 1964, para uma atuação em consonância com os interesses do grande capital. Durante o regime militar ela perdeu seu caráter estratégico original. A CODEVASF passou a assumir a responsabilidade pelo investimento em relação aos pequenos agricultores e a Sudene continuou analisando e encaminhando os financiamentos para os empresários no Projeto. No entanto, os financiamentos via Sudene não passavam por um crivo de desenvolvimento regional. Muitos foram os projetos aprovados, implantados e posteriormente abandonados, causando enormes prejuízos sociais para os trabalhadores.

Aparentemente sem importância, a mudança de rumo do Projeto foi fundamental na implantação do Jaíba e crucial para os trabalhadores na região. Com ela ficou decidido que os trabalhos não se concentrariam, inicialmente, apenas na implantação das empresas agrícolas e sim teria prioridade o

assentamento de agricultores pobres no Distrito de Irrigação. Em lugar de milhares de bóias-frias trabalhando para as empresas agrícolas privadas, haveria, aproximadamente, 2 mil famílias pobres produzindo em regime de trabalho familiar. Era uma tentativa de romper com o desenvolvimento conservador proposto inicialmente pelo Projeto, oferecendo, em seu lugar, uma proposta de criação de agricultores no estilo do *farmer* dos Estados Unidos. Essa política é coerente com o documento “*Land reform policy paper*”, do Banco Mundial, datado de 1975, em que a instituição discute alguns princípios norteadores de sua política de combate à pobreza no campo. Desses princípios foram destacados: a importância da propriedade familiar em termos de eficiência e equidade; a necessidade de promover os mercados para facilitar a transferência de terras para usuários mais eficientes e a necessidade de uma distribuição igualitária de bens junto com uma reforma agrária distributiva (SAUER, 2001).

A *denotação social do Projeto* foi alvo de acirrados debates entre os técnicos dos órgãos envolvidos com ele. Alguns defendiam que ali deveriam ser assentados agricultores vindos de regiões nas quais já se dedicavam à agricultura de mercado, tendo, portanto, experiência nesse sentido. Eles diziam que os agricultores pobres da região não conseguiriam se adaptar às exigências da agricultura irrigada. Para garantir o sucesso do empreendimento, a saída era trazer agricultores de outras regiões, argumentavam. No entanto, as determinações do Banco Mundial tiveram de ser seguidas e foram assentados agricultores pobres do norte de Minas.

O argumento sobre a incapacidade dos agricultores para trabalhar com a agricultura moderna era o mesmo dos tecnocratas responsáveis pela política de desenvolvimento agrícola dos governos militares. Eles seguiam a *via autoritária* enquanto a política proposta pelo Banco Mundial estava de acordo com a *via democrática* (SAUER, 2001). A *via autoritária* é marcada pela predominância das grandes empresas agrícolas baseadas no trabalho assalariado, com precárias condições de trabalho. O acesso a terra sempre foi dificultado aos camponeses, enquanto as elites tiveram a posse dela garantida pelo Estado brasileiro. O autoritarismo para garantir às elites a posse da terra é uma marca da agricultura dos países subdesenvolvidos onde prevalecem os grandes latifúndios e o consequente impedimento do acesso a terra para a maioria da população pobre. Pela *via democrática* prevalecem as propriedades de médio e pequeno porte, exploradas basicamente pelo trabalho familiar. Ao contrário da precária situação da agricultura familiar no Brasil, a base da agricultura dos países centrais é a

agricultura familiar moderna, tecnificada, altamente produtiva e totalmente inserida na economia de mercado (ABRAMOVAY, 1992). A agricultura nos países desenvolvidos é o resultado da política agrária implementada pela *via democrática*. Veiga confronta os dois tipos de propriedades fundiárias da seguinte forma:

“(...) em todas as agriculturas do Primeiro Mundo, fazendas empregando lavras de assalariados tornam-se um apêndice de uma massa de estabelecimentos de médio porte tocados essencialmente pelo trabalho familiar. A tal ponto que grandes fazendas e assalariados agrícolas são ótimos indicadores de subdesenvolvimento. Na Europa é fácil achá-los em Portugal, Espanha ou Grécia. Mas é preciso muita paciência para localizá-los na França, Alemanha ou Grã-Bretanha.” (VEIGA apud SAUER, 2001, p.09)

No entanto, a denominada *via democrática* em si não garante melhores condições de vida para os agricultores. Devido às exigências do BIRD, o governo federal assumiu o compromisso de assentar, na primeira etapa do Jaíba, 1.888 famílias de agricultores pobres da região. A megalomania das projeções iniciais para o Jaíba foi vencida pela força da realidade de crise econômica e falta de adesão do setor privado no sentido de investir no Projeto. Com a contrapartida do governo federal, o montante de investimentos relacionados ao empréstimo de 1998 para implantação da Etapa I do Jaíba totalizou US\$ 158 milhões, que seriam distribuídos da seguinte forma:

“Obras civis 34%, bens e equipamentos 21%, consultoria e outros serviços 29%, operação do distrito de irrigação 6% e contingências 10%. Por causa desse empréstimo, o Banco Mundial passou a acompanhar o Projeto fazendo exigências ao Estado, em favor do assentamento de pequenos irrigantes.” (RODRIGUES, 1998, p. 20)

A União foi representada no convênio para construção da primeira etapa pela CODEVASF. No convênio ficou estabelecido que seria criado um Distrito de Irrigação de Jaíba – nos moldes dos distritos de irrigação da Califórnia, EUA –, para o qual seria repassada a administração de toda a área irrigada na Etapa I. Esse foi criado em 1988. O DIJ, como é chamado, é uma instituição de caráter privado, composta por representantes dos irrigantes, dos empresários proprietários de lotes, da CODEVASF e da Ruralminas, órgão do governo de Minas Gerais para a assistência ao setor agropecuário.

O Distrito de Irrigação significava a democratização da gestão do Projeto, segundo a CODEVASF. Mas significava, também, a sua privatização, ou pelo menos uma tentativa de privatização, exigência fundamental das políticas do BIRD naquele momento. Entendemos que aí está um dos grandes problemas estruturais do Projeto: a sua orientação a partir do financiamento do BIRD, que exige a aplicação de suas diretrizes políticas e ideológicas na aplicação dos recursos negociados. Problema não porque seria ideal a política de desenvolvimento centrada nas grandes empresas agrícolas, até mesmo porque elas estavam se recusando a investir no Projeto devido à falta de perspectivas de mercado, mas porque a mudança de orientação deveria ser antecedida por uma profunda mudança em toda a proposta de desenvolvimento regional almejada pelo pensador Celso Furtado nos anos JK com a criação da Sudene.

Mais uma vez o projeto de redução da pobreza e das desigualdades sociais foi esquecido. Dessa vez foi constituído um projeto de cunho neoliberal no qual se projetou um afastamento gradativo do Estado tanto da gestão como do financiamento do Jaíba.

Nesse sentido, levar os produtores rurais pauperizados do norte de Minas a se transformarem em bóias-frias era uma operação relativamente simples, já operada em várias regiões do Brasil, mas levá-los a se transformarem em pequenos produtores capitalistas, como foi concebido na denominada *denotação social do projeto*, tornou-se uma operação extremamente complexa. Tal mudança de perspectiva significou para aqueles trabalhadores excluídos no campo uma passagem abrupta da economia de subsistência à economia de mercado capitalista.

Assim, de acordo com a política do BIRD, o Estado criaria a infraestrutura do Projeto e o entregá-lo-ia aos agricultores que fariam a gestão acompanhada por uma agência governamental. E, o mais importante: os agricultores pagariam pela utilização da água, da energia elétrica e também pela infraestrutura por meio de uma taxa de amortização. A orientação do estado desenvolvimentista keynesiano foi substituída pela proposta de desenvolvimento orientada pelo Estado, em que ocorre uma parceria entre Estado e a iniciativa privada. Essa estratégia estava em sintonia com a política geral que passou, desde então, a nortear as intervenções das instituições multilaterais no Terceiro Mundo. Era a guinada neoliberal expandindo-se via políticas de combate à pobreza.

Nessas circunstâncias, famílias paupérrimas assentadas, uma política de juros extremamente altos até mesmo para o setor industrial, ausência de uma política agrícola nacional para pequenos produtores, falta de infraestrutura para

um grande empreendimento agroindustrial na região e as necessidades da mudança de lógicas no processo de produção dos agricultores tornaram-se os maiores obstáculos para o desenvolvimento do Projeto Jaíba ao longo da implantação de sua primeira etapa, etapa esta até hoje não totalmente concluída.

Algumas ONGs, como o Centro de Agricultura Alternativa do Norte de Minas, apontaram, na época, alguns desses problemas. A maior crítica centrava-se na perspectiva de mercado daquela proposta. Segundo tais organizações, o Estado deveria desenvolver projetos regionais na perspectiva da solução direta dos graves problemas sociais ali existentes, não numa proposta de solução, via mercado. Uma reforma agrária com amplo apoio governamental aos assentados seria solução mais viável naquele momento, argumentavam.

O esvaziamento do papel da Sudene enquanto principal articuladora do desenvolvimento regional estava em curso no final da década de 1990. Nesse momento, o receituário neoliberal reforçava a necessidade de privatização e consequente esvaziamento do papel indutor do Estado no desenvolvimento do País. O ideal de Celso Furtado ao conceber uma agência de desenvolvimento que resgatasse uma região secularmente relegada ao subdesenvolvimento foi sendo abandonado a partir dos anos 1990. O maior exemplo foi o afastamento gradativo da Sudene das discussões sobre o destino dos projetos de irrigação.

Agora à frente da gestão e implementação dos projetos, a CODEVASF era a representante oficial do governo federal no Projeto Jaíba. Os responsáveis pela implantação do Projeto não abriram a discussão sobre a mudança de rumo fundamental para o Projeto Jaíba. Essa crítica é unânime entre as entidades da sociedade civil que acompanham, há décadas, a implantação do Projeto. As críticas feitas pelas ONGs não foram consideradas em qualquer documento oficial a que tivemos acesso. A falta de diálogo com a sociedade civil organizada é uma marca na história do Jaíba. Mesmo os governos livremente eleitos não abriram o debate sobre o Projeto. Em 1999, o governo de Minas assinou convênio de US\$ 110 milhões com o Japan Bank International Cooperation, para implantação da Etapa II do Projeto Jaíba, sem qualquer debate com a sociedade civil organizada. Esse é um exemplo do caráter autoritário ali presente. Como a sociedade civil organizada regional foi contrária ao investimento de vultosas somas de recursos em um projeto de sucesso duvidoso, os governos preferiram ignorá-la. Vale ressaltar que a Etapa II retorna ao formato original e conservador do Jaíba, portanto, terá lotes entre dez e 90 hectares, exclusivamente para empresários agrícolas.

No ano de 1988, o BIRD estava antecipando, no Projeto Jaíba, a sua proposta de *reforma agrária de mercado* implantada no País em meados dos anos 1990 por intermédio de programas como o Cédula da Terra, Banco da Terra e Crédito Fundiário. Tal proposta está inserida nas políticas neoliberais de redução da participação do Estado nas políticas sociais em detrimento do aumento da sua participação no aporte de capital para o empresariado. O Estado contrai empréstimos do BIRD, adquire as terras dos latifundiários e repassa-as aos trabalhadores sem terra na forma de financiamento de longo prazo. Toda a transação é feita dentro da lógica de mercado. Mecanismos como a desapropriação, ou princípios como a função social da terra, são excluídos na busca de soluções de mercado para a questão agrária no Brasil.

A partir de então, o mercado trataria de fazer a seleção dos mais capazes. O capitalismo privilegiaria os mais esforçados e puniria os preguiçosos, segundo o pensamento liberal. O discurso do mérito é a base da ideologia do individualismo, a qual transfere para o indivíduo praticamente toda a responsabilidade pelo seu sucesso ou fracasso na vida em sociedade. Como o tratamento teoricamente é igualitário, é o mérito individual que se torna o diferencial básico. A busca pelo sucesso individual é o mais poderoso combustível para o progresso social, segundo os liberais. A responsabilidade do sucesso ou do fracasso dos agricultores estaria, assim, nas mãos de cada um deles segundo os idealizadores da reforma agrária de mercado.

Com a reforma agrária de mercado nos anos 1990, o Estado abriu mão da utilização de suas prerrogativas de regulador das relações sociais e as transferiu para o mercado. No entanto, ele estava regulando o conflito entre latifundiários e sem-terras, mas em benefício dos primeiros. A negociação das terras pelo valor de mercado beneficiava os latifundiários e não rompia com a perversa concentração de terras; pelo contrário, ela incentiva o uso especulativo da terra. Quanto aos trabalhadores, em lugar de receberem gratuitamente a terra para trabalhar, passaram a contrair mais uma dívida que se somou aos penosos financiamentos agrícolas. A reforma agrária de mercado seguiu a trajetória conservadora da modernização da agricultura brasileira. O segmento de fato beneficiado continuou sendo o dos grandes proprietários de terras. A supervalorização da terra e outras negociatas marcaram a maioria das experiências desse modelo de reforma agrária.

O Estado brasileiro, seguindo as diretrizes neoliberais do Banco Mundial, reformulou esse projeto de irrigação no extremo norte de Minas Gerais, em

1988, dentro das diretrizes da resolução de graves problemas sociais por meio das leis de mercado. O Jaíba é um exemplo das novas diretrizes de uma instituição multilateral que passou a propor o desmonte da estrutura de intervenção social do estado keynesiano desenvolvimentista, que tinha sido montado no Brasil, assim como em várias partes do mundo.

Assim, as novas diretrizes do Banco Mundial exigiam, entre outras medidas, a constituição de um novo sujeito no norte de Minas. Em lugar da produção de subsistência, a produção para o mercado; em lugar da exclusão social, uma inclusão específica nas relações capitalistas; em substituição ao trabalho, de acordo com as determinações da natureza, o trabalho racionalmente controlado; em lugar do aprendizado no cotidiano do trabalho, a educação formal. A denominada denotação social do projeto determinou uma tarefa gigantesca para os seus gestores: viabilizar a constituição desse novo sujeito, o que implicaria a passagem de agricultor sertanejo, excluído das relações sociais de produção da região, a agricultor do tipo *farmer* estadunidense. O novo sujeito a ser constituído de acordo com os interesses da intervenção estatal implementada seria:

“Este camponês capitalizado, espécie de farmer do sertão, seria aquele pequeno proprietário que, a partir do acesso à terra e ao financiamento, conseguisse não simplesmente reproduzir a sua força de trabalho e de sua família, mas acumular algum capital, ampliar sua produção e transformar-se num pequeno burguês abastado, um pequeno empresário capitalista.” (GOMES, 1983, p. 74)

Para os idealizadores dessa mudança de enfoque do Projeto, tal tarefa poderia ser viabilizada pela educação formal, pela formação dos indivíduos de acordo com as novas exigências definidas pela agricultura de mercado, baseada nas novas tecnologias.

O Projeto Jaíba foi idealizado inicialmente visando à melhoria das condições de vida da população do norte de Minas. As ideias sobre a sua criação tomaram consistência com o movimento pró desenvolvimento regional encabeçado por Celso Furtado no final dos anos 1950. A Sudene, fruto do surto de desenvolvimento dos anos JK foi um marco para o desenvolvimento do Nordeste e também do norte de Minas.

No entanto, com o golpe militar de 1964, o desenvolvimento econômico e social idealizado por Celso Furtado foi substituído pelo desenvolvimento dependente dos militares. O Jaíba é um exemplo da forma que os militares

utilizaram para incorporar algumas regiões do País ao capitalismo. Os investimentos da Sudene priorizaram naquele período os grandes empreendimentos privados, urbanos ou rurais. Iniciativas públicas de enorme alcance social como o Projeto tiveram seus investimentos interrompidos. Mesmo com a contrapartida exigida pelo Banco Mundial nos anos 1980, o governo brasileiro não honrou por completo seus compromissos com os pequenos agricultores.

Ocorreu no norte de Minas, a partir dos anos 1960, um desenvolvimento centrado na reprodução do capital sem grandes preocupações com as condições de vida da maioria da população. A infraestrutura e mesmo serviços essenciais não foram garantidos para a população de áreas escolhidas para implantação de projetos como o Jaíba.

A parte um, dos pequenos agricultores, sempre esteve abandonada pelo poder público. A parte dois, destinada aos médios e grandes empreendimentos, está em franca expansão. Ainda hoje os incentivos do Estado estão concentrados na grande produção. Para os trabalhadores sobra o emprego nas usinas produtoras de álcool e em outras atividades típicas do trabalhador bóia-fria.

### **Considerações finais**

As famílias oriundas da agricultura tradicional foram assentadas sem um projeto de preparação para o trabalho consistente que levasse em consideração as mudanças ontológicas e não apenas gnosiológicas pelas quais precisariam passar ao assumirem a agricultura de mercado. A produção de subsistência foi totalmente desarticulada e a maioria dos irrigantes resiste às mudanças necessárias para produzirem em bases capitalistas.

Os agricultores pobres foram assentados no Projeto confiando em suas diretrizes de transformá-los em pequenos e prósperos capitalistas. A sociedade comprou a ideia de que ali estava se construindo uma nova etapa na agricultura familiar do País. Segundo o governo federal os assentados seriam formados segundo o modelo do *farmer* estadunidense. Mas eles se tornaram trabalhadores expropriados pelo capital. Eles são trabalhadores para o capital, mas fora das relações capitalistas tradicionais. São submissos ao capital à medida que dependem do conhecimento científico, dos meios de produção, dos insumos, do financiamento e também do comércio para ecoar seus produtos. Em todas essas etapas, está presente o capital para expropriar valor de seu trabalho. Eles não são capitalistas nem tão pouco trabalhadores assalariados, mas produzem valor, são expropriados assim como os assalariados.

A transformação dos agricultores sertanejos em pequenos capitalistas não passa de discurso. Na verdade, eles estão sendo transformados em uma categoria social específica para produzir valor mediante relações não capitalistas, com a ajuda do Estado. Os ensinamentos para as gerações de capitalistas são muito diferentes dos ensinamentos para a classe trabalhadora, mesmo que eles estejam no mesmo tempo e espaço. Usando a metáfora de Bernardo (1989), a escola seria com um avião onde viajam pessoas de classes diferentes, irrigantes e capitalistas. Passados todos esses anos, o Estado não consegue formular um projeto de sociedade para o Jaíba por não poder assumir, explicitamente, a condição de superexploração dos irrigantes. No capitalismo, a inserção no mercado não possui outro espaço que não o de capitalista e/ou gestor, classe expropriadora de valor, ou então, o de produtor de valor para o capital, ou seja, classe expropriada.

A crise econômica e as péssimas condições de vida de uma parte significativa dos irrigantes são evidentes. Entretanto, a falta de adesão a alguns princípios básicos de higiene para com o meio ambiente e o não cumprimento de algumas regras essenciais no processo produtivo são mais difíceis de serem percebidas. E são justamente essas últimas que denunciam a existência de uma tênue *estrutura de plausibilidade*, uma resistência às novas relações sociais de produção.

A gestão do Projeto assumiu a empreitada de transformar os agricultores da economia de subsistência em produtores rurais do tipo *farmer* estadunidense, sem atentar para o fato de que a agricultura é um dos setores mais controlados pelo poder público nos Estados Unidos. Analisaram os agricultores familiares daquele país pelo aspecto da sua produtividade. Mas, “esqueceram-se” do mito jeffersoniano, que argumenta ser o agricultor tipo *farmer* um livre competidor nas relações capitalistas, agindo livremente no espaço onde vigora apenas a mão invisível do mercado, mas, na verdade, esconde um alto grau de protecionismo estatal para o setor. Passou-se a cobrar dos irrigantes, então, uma eficiência praticamente impossível de se conseguir nas condições sociais de produção do Brasil na atualidade.

A Sudene, como agência de desenvolvimento, seria um sustentáculo dos pequenos produtores na competição com a agricultura nacional e internacional, e essa seria uma postura de um modelo de desenvolvimento que realmente se preocupasse com os trabalhadores. Entregar os empreendimentos para serem geridos pelos próprios trabalhadores é, aparentemente, uma medida democrática. No entanto, quando essa transferência de responsabilidade significa também a retirada gradual dos investimentos públicos da produção local, a medida não passa de uma decisão estratégica de cunho neoliberal.

As resistências dos irrigantes existem em decorrência da mudança na forma de produzir ter exigido alterações profundas na sua própria condição de ser e acentuado o processo de expropriação do seu trabalho. As transformações nas relações sociais de produção desenraizaram-nos, criando uma profunda insegurança. Sendo assim, uma nova estrutura de plausibilidade passou a ser necessária para tentar dar suporte às transformações. A carência de um projeto de sociedade exequível, de uma política estável de preparação para o trabalho, tem reforçado a insegurança das famílias.

Ademais, o assentamento dos agricultores tradicionais significou a imposição de novas relações sociais. A incorporação ao mercado foi realizada sem um processo de mediação. As condições de produção no Projeto não permitem optar entre entrar ou não para o mercado. Muitos assentados não faziam nem mesmo ideia do que seria esse mercado. A máxima liberal da seleção dos mais aptos, aplicada ali, significa uma crueldade para com pessoas que apostaram no sonho de se transformarem em pequenos produtores modernos.

A falta de liberdade para escolher entre a agricultura tradicional e a de mercado, e mesmo o momento de assumir esta última, demonstra o grau de submissão dos irrigantes. As resistências pontuais, na verdade, são resistências à lógica da produção de mercado e as consequências dela para suas vidas.

Como o capital está preocupado não com a condição humana, mas, sim, com a produção de valor, ele não leva em conta a dimensão ontológica dos indivíduos. Pelo contrário, preparar para o trabalho na perspectiva da produção de valor é ter seu universo cindido, é alienar-se perante o capital. O modelo de agricultura que está se constituindo no Projeto Jaíba aponta uma submissão cada vez maior ao capital dentro do quadro predatório do capitalismo no Brasil.

Com a recriação da Sudene, coloca-se um grande dilema. Recriada a Sudene, qual modelo será implantado de fato? Será a Sudene dos grandes empreendimentos privados, da preocupação com a reprodução do capital ou a Sudene defendida por Celso Furtado, do desenvolvimento econômico e social visando combater os desequilíbrios regionais no Brasil? É possível reconstruir a parte dos irrigantes, visando, de fato, melhorar suas condições de vida na perspectiva de atenuar as diferenças sociais e regionais como era originariamente o projeto da Sudene?

## Referências

### Livros

- ABRAMOVAY, R. *Paradigmas do capitalismo agrário em questão*. Campinas: UNICAMP/ANPOCS, 1992.
- ENGUITA, M. *A face oculta da escola: educação e trabalho no capitalismo*. Porto Alegre: Artes Médicas, 1989.
- GUIMARÃES, A.P. *Quatro séculos de latifúndio*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1981.
- IANNI, O. *Colonização e contra-reforma agrária na Amazônia*. Petrópolis: Vozes, 1979.
- \_\_\_\_\_. *Imperialismo na América Latina*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1974.
- MARTINS, J.S. *O poder do atraso: ensaios de sociologia da história lenta*. São Paulo: Hucitec, 1999.
- MOREIRA, R.J. *Agricultura familiar: processos sociais e competitividade*. Rio de Janeiro: Mauad/ UFRJ, 1999.
- OLIVEIRA, A. *A agricultura camponesa no Brasil*. São Paulo: Contexto, 1997.
- SZMRECSÁNYI, T. *Pequena história da agricultura no Brasil*. São Paulo: Contexto, 1998.

### Periódicos

- ABRAMOVAY, R. O capital social do territórios: repensando o desenvolvimento rural. *In: Economia Aplicada*. Vol. 4, nº. 2, abril/maio, 2000.
- BERNARDO, J. A produção de si mesmo. *In: Educação em Revista*. Belo Horizonte: UFMG. N 9, 1989.
- PORTO, M.S.G. Temas e tendências da sociologia rural: a experiência recente da Universidade de Brasília. *In: Sociedade e Estado*. s/n. Brasília: UNB, 1990.
- SANTOS, J.V.T. O processo de colonização agrícola no Brasil contemporâneo. *In: Sociedade e Estado*. Vol. IV, nº. 2. Brasília: UNB, jul/dez 1989.

### Dissertação, tese e monografia

- ANDRADE, E. *O processo de trabalho na agricultura intensificada: estudo sobre perímetro público irrigado no Vale do São Francisco*. Dissertação de Mestrado em ciência política. Campinas: UNICAMP, 1992.
- CARNEIRO, G.V.F.B. *Pedagogia do trabalho: produção da necessidade-desejo do trabalho assalariado*. Dissertação de Mestrado em educação. Belo Horizonte:

UFMG, 1992.

GOMES, N.M. *Estado, capital e colonização na fronteira agrícola mineira*. Dissertação de Mestrado. Belo Horizonte: UFMG, 1983.

RODRIGUES, L. *Investimento agrícola e o grande Projeto Jaíba: uma interpretação – 1970-1996*. Tese de Doutorado em história econômica. São Paulo: USP, 1998.

#### Eventos

SILVA, G.L.; AFONSO, P.C.S. (2009). *A implantação de um novo tipo de cultura em substituição à fruticultura irrigada no Projeto de Irrigação de Pirapora – MG*. XIX Encontro Nacional de Geografia Agrária. São Paulo, 2009, p. 1-21.

#### Documentos eletrônicos

SAUER, S. *A proposta de “Reforma agrária de mercado” do Banco Mundial no Brasil*. Brasília, 2001. Disponível em:  
<[www.dataterra.org.br/documentos/sintese/SAUERnotas.html](http://www.dataterra.org.br/documentos/sintese/SAUERnotas.html)>.